

Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008

A “competência” da mulher negra professora

Eva Aparecida da Silva (UFVJM)

Relações raciais; competência; professora negra.

ST 01 – A questão racial no Brasil e as relações de gênero

Introdução

A presença da mulher negra no magistério se torna legítima por ser ela qualificada para exercer a profissão docente. No entanto, mesmo qualificada, ela tem sua competência profissional constantemente posta em xeque, tanto por alunos quanto por outros professores, coordenadores e diretores de escola.

A noção de qualificação remete a um conjunto de atributos ligados ao posto de trabalho e não ao indivíduo, em que as tarefas e habilidades, bem como os requisitos formais (escolaridade, experiência, etc.) específicos ao exercício da profissão estão formalmente regulamentados, não possuindo qualquer tipo de vínculo com o caráter sócio-cultural e histórico dos atores sociais. Por sua vez, a noção de competência, que tem sido considerada uma alternativa à de qualificação, articula os componentes tecnicistas (escolarização, experiência, tarefas e habilidades) da qualificação e os componentes subjetivos resultantes das representações sociais predominantes na sociedade vigente (Manfredi, 1998; Dubar, 1998; Hirata, 1996; Zarifian, 1996), neste caso a brasileira, sobre homens e mulheres, negros e brancos, dentre outras diferenças.

Moss e Tilly (1996) distinguem dois tipos de competências (concretas e indefinidas):

[...] a expressão competências indefinidas [representa o] oposto de competências concretas, tais como alfabetização e capacitação básica em aritmética, com nível mínimo, e competências técnicas mais específicas em relação ao emprego, necessárias à medida que se sobe na escala – por exemplo: fazer cálculos, escrever relatórios ou trabalhar com computadores. As competências indefinidas, ao contrário, conforme descritas pelos empregadores, são coisas como comunicação e competências pessoais, capacidade de trabalhar em equipe, aparência, motivação, flexibilidade, iniciativa e aspectos gerais das atitudes e dedicação ao trabalho. Argüimos que as competências indefinidas são, em parte, culturalmente definidas e, portanto, a avaliação que os empregadores fazem delas pode ser turvada por diferenças de cultura e estereótipos raciais (p. 56-7).

Sendo assim, a mulher negra, mesmo portadora das competências concretas exigidas para o exercício da profissão docente, é constantemente questionada em relação a sua competência

indefinida, em especial a sua capacidade intelectual, devido aos estereótipos, social e culturalmente construídos, atribuídos à mulher e ao negro, em particular à mulher negra.

Professoras negras araraquarenses: entre a “competência”, o gênero e a “raça”.

Antes de iniciarem o trabalho no magistério, com exceção da professora Terezinha, as professoras Nazaré e Aparecida exerceram outras atividades profissionais. As experiências vividas por elas nestas profissões permitem comparar a incidência ou não da discriminação racial dentro e fora do magistério.

A professora Nazaré exerceu, por alguns meses, a função de auxiliar de enfermagem em um dos hospitais de Araraquara. Para ela, essa experiência foi *“muito rica, em termos de aprendizagem, em termos de ser solidário com o outro”*. Exerceu, também, a função de recepcionista na clínica integrada da Faculdade de Odontologia, durante quatro anos. Nazaré acredita não ter experimentado, em ambos os casos, situações de discriminação racial.

No desempenho da atividade docente, entretanto, ela se deparou com as mais variadas situações discriminatórias. Essas situações definiram, especialmente no início de sua carreira, as condições de trabalho e os papéis que ela deveria exercer dentro da escola.

Como *“professora substituta”*, Nazaré lecionou para classes de 1.^a e 2.^a séries, com um grande número de alunos. Essas classes geralmente passavam de uma professora para outra, pois eram *“classes consideradas problemas”*, com as quais a maioria dos professores não queria trabalhar.

No momento em que ela deixou a posição de professora substituta e assumiu sua própria classe, uma 1.^a série, lhe foi imposto, por uma das professoras das classes vizinhas, que ficasse com alguns de seus alunos, negros em sua maioria, com *“problemas de aprendizagem”* até que estivessem aptos a voltar para sua classe de origem.

Esses dois momentos do exercício da atividade docente parecem indicar que, para além de Nazaré ser uma *“professora substituta”* e ter pouca prática em sala de aula, caberia à professora negra a tarefa de “domar” as chamadas *“classes difíceis”* e resolver os “problemas” de aprendizagem dos alunos, também negros, conforme lhe era imposto pelas demais professoras. Na imposição não estaria implícita a idéia de que o negro tem por obrigação ser subserviente ou, ainda, de que *“um negro entende melhor a outro negro”*?

Deste começo da carreira, em que não podia contar com o apoio da direção das escolas e de outros (as) professores (as), Nazaré destaca a importância de uma de suas irmãs, também professora, que a auxiliava e a orientava no *“preparo e dinâmica das aulas”*. Foi na prática pedagógica da irmã que se espelhou para trabalhar de 1.^a a 4.^a série, principalmente com as 1.^{as} e

2.^{as} séries, com as quais tinha maior dificuldade. Ela preferia o trabalho com as 3.^{as} e 4.^{as} séries, pois os alunos eram mais independentes e “já eram bons questionadores”.

À medida que as oportunidades de assumir o cargo de professora em diferentes escolas foram surgindo, a discriminação racial se tornava mais explícita. Um exemplo disso foi o momento em que Nazaré teve sua “competência” questionada pela diretora de uma dessas escolas, mesmo tendo sido a primeira classificada, entre tantas outras professoras (não-negras), para exercer o cargo.

Situação semelhante ocorreu quando assumiu a função de coordenadora pedagógica numa das escolas de 1.^a a 4.^a séries. Mais uma vez sua “competência” foi colocada em xeque, diante dos comentários feitos por alguns professores em torno de sua capacidade para desempenhar a função:

Diziam que consegui a coordenação porque ninguém mais quis, por isso que passaram a coordenação pra mim, porque se tivesse outro professor que quisesse a coordenação, com certeza não seria eu a escolhida. Então, eu procurava assim nas nossas reuniões, estar trabalhando com a questão de você ser capaz, mostrando que não só poderia desenvolver aquele trabalho, como também eu tinha capacidade, porque o trabalho de coordenação é um trabalho complicado, porque você tem que discutir a pedagogia, a didática com os professores, e os professores estão presos àquela visão de mundo meio limitada e não estão abertos pra outras coisas, então é meio complicado. Então, as pessoas ficavam meio mediando nas reuniões os discursos, você percebia que as fisionomias das pessoas, o jeito muda um pouco, principalmente quando você faz algumas colocações que não imaginam que você vai fazer, então você percebe que ocorre alguma alteração, mas não tem assim coragem, eu falo coragem mesmo, para um confronto direto, eles não tem coragem pra isso.

Diante dessas experiências, a professora Nazaré considera que no magistério, tanto nas relações com os alunos quanto nas relações com outros (as) professores (as) e com a direção das escolas, a professora negra está mais exposta à discriminação, devido à sua condição racial e à própria posição que ocupa.

A professora Aparecida, por sua vez, antes do magistério, trabalhou na produção industrial de meias. Segundo ela, não sofreu discriminação racial:

[...] o que você tinha que fazer é produzir meia, não é mexer com o ser humano, com a cabeça, com a sociedade. Então é meia, e meia não fala, meia não xinga, meia não despreza, meia não tem distinção de cor, e quanto mais meia você fazia, mais você dava produção.

Aparecida acredita que é na profissão docente que as discriminações começam a acontecer, especialmente quando é colocada em xeque a capacidade da professora negra em exercer tal profissão. Como estagiária, no início de carreira, passou por várias dificuldades, determinadas pela pouca experiência no magistério e, sobretudo, por ser negra, até assumir sua própria classe. A professora Nazaré foi quem nos relatou algumas dificuldades enfrentadas por Aparecida:

O que eu discutia muito com os professores, com a direção, porque eles colocavam muitos obstáculos no trabalho dela, muitos defeitos, como se ela fosse uma pessoa problemática. Então muitas vezes eu vi diretor a vigiando em sala de aula, aí eu questionava, teve momentos que eu saía da minha sala de aula e ia até lá perguntar se havia alguma coisa acontecendo. Uma diretora um dia chegou e disse assim ‘falaram tanto do trabalho dela e ela não é uma péssima professora, porque eu observei o trabalho dela’. A Aparecida estava começando, e o início é muito complicado, e ela caiu naquela escola. Teve uma professora com a capacidade de pegar um caderno de um aluno pra ver se estava certo, uma coisa que eles falaram que estava errado, pra mostrar pra diretora...Teve outra situação também, como ela era estagiária, ela tinha direito de pegar uma classe e se não fosse a minha intervenção tinham passado em cima dela, não teriam dado a classe pra ela. Eu conversava bastante com ela, pra ela se impor, pra não chorar, se quisesse chorar que chorasse na minha frente, mas na frente de outros não, na frente de alunos não, nem na frente de professores, ela tinha que se manter firme, dominar aquele povo, dominar através do que? Do conhecimento dela, dizia: ‘você tem capacidade, então o que você tem que fazer é trabalhar com os alunos no sentido que eles não te dominem, então num primeiro momento você tem que se impor’.

Como podemos perceber, a professora Aparecida contou com o apoio da professora Nazaré em seus primeiros meses de prática docente, tendo nela uma referência do como conduzir seu trabalho pedagógico, bem como suas atitudes diante da questão racial:

Apesar das experiências com a discriminação racial, que foram relatadas acima, e das muitas outras ocorridas no decorrer da trajetória profissional de Aparecida, houve aquela que foi o marco de seus problemas no magistério: foi chamada de incompetente pela funcionária de uma das escolas em que lecionou e, ao questionar, levada à delegacia no carro da polícia como a opressora e não como a vítima.

Foi entrar no magistério que os problemas começaram a aparecer, porque eu pensava, como eu disse pra você, que tudo mundo fosse bom, porque eu convivi com brancos, com negros, com gente de todo tipo. Mas aí eu vi que nem tudo mundo era bom. Eu não tinha uma preocupação com essa questão porque eu sempre vivi normal. Foi a partir desse momento que eu sofri que eu me agarrei a tudo e a todos [risada]. Então foi assim, quando eu sofri aquela discriminação, tudo chama aquilo, discriminação, ofensa, prejudicar o ser humano, tudo de um modo geral. Quando eu sofri aquilo, passei pelo tratamento, eu tive até terapia, precisei me cuidar, porque o choque foi grande, eu só chorava, ‘como pode ter gente ruim assim na vida?’. Então eu presenciei aquilo e foi um choque muito grande pra mim, porque até então eu tinha uma vida considerada boa...E eu demorei muito a viver isso, a me acostumar com isso, e isso tem de monte dentro do magistério, dentro do magistério quem não é forte o suficiente não consegue sobreviver, sai da profissão, porque é um disque-disque, é uma fofoca, é uma discriminação, é gente que quer só te prejudicar, é essa tal pontuação, é a injustiça da atribuição. Então são muitas injustiças, discórdia, tudo mundo quer conquistar o seu espaço, então aquela briga, ‘panelinhas’. O negro não pode estar nesse mundo, o branco acha que não. O branco acha que a gente não deve ser professora, o professor negro sofre muito por isso, porque o branco pisoteia, o branco não quer ver o negro nesse patamar, na classe considerada média, então a gente é muito caluniado, então acontecem muitas injustiças, na ‘panelinha’ o negro não entra, então você tem que aprender a viver, viver de acordo com tudo

isso, e qual é o caminho? É fazendo política mesmo, é você participando do negro, tem tantos grupos, tantos conselhos, tantas coisas a fazer, tantas entidades, então você fazendo isso você está se fortalecendo pra enfrentar essa vida de hoje que é considerada muito difícil para o negro.

Diferente das professoras Nazaré e Aparecida, Terezinha não exerceu outra atividade profissional que não fosse o magistério. Ela julga não ter experimentado situações com a discriminação ao longo de sua trajetória profissional, apesar de alguns dos acontecimentos vividos por ela mostrarem o contrário.

No começo da carreira, Terezinha teve seu trabalho vigiado pelo diretor da escola, que lhe confessou, mais tarde, achar que ela não daria “*conta do recado*”. Ela crê que essa atitude do diretor não esteve relacionada à discriminação racial, mas à “*pouca experiência*” na profissão:

Tudo sempre transcorreu normal, nunca senti por parte da escola, mesmo nesta fase que eu achei que me vigiavam um pouco. Eu acho que mais mesmo no sentido da minha pouca experiência, no sentido de que eles achavam que a classe poderia virar uma bagunça, talvez eu não fosse conseguir levar a termo o meu compromisso, os conteúdos que as crianças tinham que assimilar durante esta fase. Eu achei que foi mais com relação a minha experiência e não com relação a minha cor. E com relação aos pais, às crianças, os alunos, eu também nunca senti, nem um mal estar, no sentido de que minha cor estivesse interferindo na minha profissão, no meu trabalho.

Mais tarde, quando fora procurar por aulas em uma das escolas da cidade de São Paulo, na qual lecionou, Terezinha não foi bem recebida pela diretora da escola, que a “*mediu de cima em baixo*”, parecendo não acreditar que ela fosse professora:

Então eu fui até essa escola e nessa escola eu não fui muito bem recebida pela diretora, eu não sei porque, se foi pela cor ou se foi pela minha simplicidade que eu cheguei, ela de princípio parece que nem estava acreditando que eu sou professora, ela me mediu de cima em baixo, de baixo pra cima. Eu conversei com ela, falei que eu era professora, que eu estava pretendendo ver se eu conseguia uma vaga como substituta e ela disse assim pra mim ‘aqui não tem vaga’ e não deu muita importância.

A professora Terezinha se mostrou resistente em associar essas e outras experiências à questão racial, já que insistiu em enfatizar que nunca sofrera nenhum tipo de discriminação no universo da escola. No entanto, após algumas reflexões, nos relatou o seguinte acontecimento:

Um pai de um aluno chegou e havia outras pessoas no refeitório, mas só eu de negra, aí ele veio, me chamou e disse que queria falar com a cozinheira e chamou a mim. Então eu disse pra ele que eu não era a merendeira, ‘ah, não é a senhora?’, eu falei não, ele ficou assim meio admirado e aí ele falou ‘quem é a merendeira? Aí eu mostrei e falei, brinquei com as colegas, ‘tem um monte de

gente aqui, porque será’, porque será entre aspas, porque eu sabia o porque, ‘porque será que ele achou que eu era a merendeira, tem tanta gente aqui?’.

Esse depoimento permite destacar o debate sobre a relação entre cor e trabalho, na qual o atributo de “raça”/cor dos indivíduos atua na produção e na reprodução das diferentes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho dadas aos negros e não-negros. As desigualdades sócio-econômicas, educacionais, de inserção ocupacional, entre outras, são determinadas pela cor da pele dos indivíduos, tal como demonstram vários estudos (Hasenbalg, 1979; Castro e Guimarães, 1993; dentre outros).

Na determinação da desigualdade de inserção ocupacional no mercado de trabalho, as marcas da cor estão associadas ao atributo de gênero, de idade, de naturalidade, de escolaridade, etc. No tocante à articulação entre “raça”/cor e gênero, as mulheres negras encontram-se em desvantagem em relação às mulheres brancas, aos homens negros e aos homens brancos.

A desigualdade, decorrente da cor e do gênero, também é produzida e, sobretudo reproduzida pelas representações socialmente partilhadas que atribuem ao negro e à mulher, portanto, à mulher negra, um determinado “lugar” na hierarquia social e, neste caso, profissional, conforme demonstrou o depoimento.

Com isso, a presença da mulher “negra” no magistério provoca questionamentos quanto à legitimidade de sua competência profissional e de sua capacidade intelectual, e, principalmente, quanto ao direito de ocupar uma profissão, centrada no saber formal, que pode lhe conferir um certo *status* social.

As conseqüências desses questionamentos para as professoras “negras” araraquarenses vão além das injustiças que determinam o insucesso profissional, a impossibilidade de ascensão na carreira docente, pois mexem com os sentimentos mais íntimos das professoras, causando dor, sofrimento, indignação.

Os constrangimentos vividos com a discriminação racial, no decorrer de suas trajetórias profissionais, ocorrem porque são elas mulheres e negras que estão expostas às imagens estereotipadas, que assumem o feminino e a “raça” como verdadeiros estigmas, ou seja, como cicatrizes fixadas no corpo e visíveis por meio de características físicas, tidas como sinônimos de inferioridade, incapacidade e depreciação moral, como é o caso da cor da pele.

Essas imagens circulam no imaginário da sociedade brasileira e determinam o “lugar” social permitido às mulheres negras. A posição social atribuída a essas mulheres é aquela das atividades consideradas desqualificadas, como as de faxineira, de lavadeira, de operárias, de recepcionistas etc. Por isso, o fato dessas mulheres estarem no magistério como professoras é inconcebível para o imaginário instituído na sociedade:

Às vezes eu faço de propósito, eu não falo logo de imediato que eu sou professora, justamente pra ver a reação da pessoa e realmente quase que 99% das vezes, quando eu digo que eu trabalho na escola, elas não falam, 'ah, a senhora é professora', mas sempre 'você é merendeira, você é servente'. Então elas acham que pelo fato de ser...eu calculo e tenho quase certeza...preta só pode ser servente, merendeira ou coisa assim, então eu digo 'não, eu sou professora', 'ah, professora!'. Isso tem acontecido muitas vezes (professora Terezinha).

Se, por um lado, ser professora é um desafio frente ao imaginário que postula a incapacidade intelectual do negro e o “lugar” que deve ocupar na hierarquia social, romper com esse imaginário torna-se ainda mais difícil. Daí a necessidade de uma prática pedagógica que atente para a diversidade sociocultural de professores (as), bem como de alunos (as), na tentativa de redimensionar suas imagens e seu “lugar” na sociedade brasileira, assim como no magistério.

Referências Bibliográficas

Dubar, Claude. A Sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XIX, n. 64, p.87-110, 1998.

Hirata, Helena, Competências e divisão social do trabalho no contexto de novos paradigmas produtivos. *In: Anais do Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências*, promovido pelo CIET- Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia/UNESCO e SENAI. Rio de Janeiro, 28 e 29 de novembro de 1996, p.53-62.

Manfredi, Silvia M. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XIX, n.64, p.13-49, 1998.

Moss, Philip e Tilly, Chis. Competências indefinidas e raça: uma investigação sobre problemas de emprego dos homens negros. **Estudos Afro-Asiáticos** (29): 55-84.

SILVA, Eva Aparecida da. Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. **Dissertação de Mestrado**, 2003.

Zarifian, Philipe. A gestão da e pela competência. *In: Anais do Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências*, promovido pelo CIET - Centro Internacional

para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia/UNESCO e SENAI. Rio de Janeiro, 28 e 29 de novembro de 1996, p. 15-24.